

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO¹

Márcia dos Santos Macêdo²

RESUMO

O presente trabalho aborda a contribuição da crítica feminista para os estudos sobre mulheres chefes de família – com foco especial para o fenômeno da feminização da pobreza –, enfatizando como a utilização da categoria gênero tem possibilitado o descortinar de “outros olhares” sobre este cenário tão explorado e, paradoxalmente, ainda campo fértil e desafiador para a reavaliação de explicações correntes da vida social. Portanto, a utilização de gênero como ferramenta analítica justifica-se pela sua natureza ontológica enquanto relação social que permite captar a fluidez de certos fenômenos e instituições sociais como socialização, linguagem, a cultura ou mesmo o universo familiar.

Palavras-chave: Gênero, mulheres chefes de família; feminização da pobreza;

ABSTRACT

This paper discusses the critical contribution of feminist studies about female heads of households – with special focus to the phenomenon of the feminization of poverty –, emphasizing how the use of the gender as a category has made possible the unveiling of "other viewpoints" about this scenario so exploited and, paradoxically, still fertile and challenging field for re-evaluation of current explanations of social life. Therefore, the use of gender as an analytical tool is justified by its ontological nature while social relation that allows to capture the fluidity of certain phenomena and social institutions like socialization, language, culture or even the family universe.

Keywords: gender; female heads of households; feminization of poverty

¹ Trata-se da apresentação de resultados parciais da pesquisa “Mulheres chefes de família e a crítica feminista: novas leituras acerca da pauperização, desamparo e isolamento social”, financiada pelo CNPq (2011-2013).

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA. E-mail: msmacedo@ufba.br

I – Apresentação

Em primeiro lugar, importa afirmar que o presente trabalho se propõe a refletir uma proposta de pesquisa que prioriza a utilização de ferramentas analíticas e operacionais que permitam o desvelamento das mudanças e permanências nos processos sociais e nas formas de sociabilidade em torno do fenômeno da chefia familiar feminina, a partir da adesão a uma epistemologia feminista – o que significa trabalhar com gênero como uma categoria política, como relações de poder, logicamente que articulada a outras dimensões como classe, raça ou etnia e idade ou geração. Portanto, o esforço do feminismo de reavaliação das explicações correntes da vida social permite, entre outras possibilidades, uma crítica aos estereótipos unidimensionais de gênero que ainda influenciam os estudos sobre as famílias – como a denúncia à naturalização de atribuições e papéis sexuais ou a desconstrução de modelos pretensamente ideais de masculinidade/ feminilidade baseados numa lógica heteronormativa –, ampliando a possibilidade de novas estruturas interpretativas, principalmente, por admitir que o conhecimento é sempre parcial e situado, já que ninguém “fala” fora de seu contexto (HARAWAY, 1995). Em segundo lugar, reconhece a necessidade da articulação entre as dimensões objetivas e subjetivas da vida social que terminam por produzir uma pluralidade experiências no universo da chefia domiciliar. Assim, proponho pensar hoje o contexto plural dos arranjos familiares com chefia feminina, a partir de uma lógica interseccional (CRENSHAW, 2002), pois nos possibilita a percepção do modo como os marcadores de gênero, raça/etnia, classe social e idade/geração, vão, a partir de múltiplas combinações, produzir diferentes experiências entre esses sujeitos, sempre marcados por escolhas e constrangimentos.

Assim, de um lado, o trabalho resulta de uma investigação que está assentada na realização de uma criteriosa revisão bibliográfica sobre o tema mulheres chefes de família, visando reconstituir o “estado da arte” sobre essa questão que tem se tornado cada vez mais frequente no discurso de atores sociais plurais, tais como cientistas sociais, agências internacionais, diferentes esferas da ação governamental, entre outros. De outro lado, a pesquisa optou por uma abordagem que evite, na medida do possível, uma representação fragmentada dessas experiências e, nesse sentido, deliberou por uma metodologia de trabalho eminentemente qualitativa, através da realização de entrevistas em profundidade. O campo de investigação é a cidade de Salvador e as entrevistadas estão sendo realizadas com 50 (cinquenta) mulheres chefes de família conviventes com filho em fase escolar ou em situação de dependência socioeconômica, pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais, idade/geração, classe social, visando assegurar uma maior aproximação da multiplicidade de significados da chefia feminina

em diferentes segmentos sociais, variação no tamanho da prole, profissão/ocupação, renda, escolaridade, fase do ciclo de vida e situação conjugal.

II- A categoria gênero e suas interseccionalidades na análise da trama familiar

Acredito que a possibilidade de compreensão de uma pluralidade de questões contemporâneas como é o caso dos estudos sobre mulheres chefes de família, demanda de qualquer pesquisador/a a busca do entendimento dos elementos fundamentais que estruturam as relações dos sujeitos nos contextos estudados. Refiro-me, assim, à utilização de categorias de análise e, simultaneamente, ao entendimento de eixos fundantes da vida dos sujeitos sociais, como as dimensões de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e idade/geração. Estas dimensões vão ganhar maior ou menor relevância a depender das formações histórico-culturais onde os sujeitos se inserem, configurando identidades e, simultaneamente, alteridades que, como lembra Britto da Motta (1999, p.193) “expressam diferenças, oposições, conflitos e hierarquias provisórias (...), porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes.”

Assim, gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e idade/geração permitem a qualquer analista social uma infinidade de inter cruzamentos pela riqueza que essa articulação enseja vislumbrar na configuração da vida social. É uma importante “chave” de leitura das múltiplas dimensões constitutivas do sujeito e, vale destacar, não podem, sob nenhum argumento, “ser percebidas como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem umas às outras como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as” (LOURO, 1997, p. 51). Como lembra Collins (2000, p. 18), não se trata de adicionar modelos de opressão, como se pensou no início dos anos 80 – ainda nas primeiras formulações do *Black Feminist Thought* – com a ideia de “dupla” ou “tripla discriminação”, mas de “um trabalho que explora as interconexões entre sistemas de opressão”.

A percepção da dinâmica e da articulação destas categorias relacionais não prescinde de uma reflexão de cada um desses eixos de *per si* – para que se entenda o funcionamento de suas lógicas específicas – mas, inicialmente precisam ser analisadas no seu entrelace e, mais que isso, na sua potencialidade de se interceptarem, redefinindo-se mutuamente, como é claramente expressa através da noção de *interseccionalidades* (CRENSHAW, 2002). Esse conceito vem auxiliar a realização de estudos e pesquisas em diferentes áreas da vida social, ao oferecer uma importante ferramenta analítica para a compreensão da interação dinâmica destas múltiplas discriminações. Crenshaw (op.cit, p.177) formula uma definição bastante elucidativa para

interseccionalidades, buscando apresentar não apenas uma conceituação, mas simultaneamente, uma explicitação de seu *modus operandi*:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desemperramento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Ao possibilitar perceber como as relações sociais se estruturam e circulam em eixos de poder “distintos e mutuamente excludentes”, mas que “frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” (op. cit), Crenshaw recorre a um exercício – que ela vai chamar de “conceituação metafórica” –, apresentando os eixos de poder através da imagem de avenidas transversais e sobrepostas, cujo volume e velocidade do tráfego serão determinantes para o dimensionamento das negociações de conflitos e choques de identidades marcadas por múltiplas opressões.

A adoção de perspectivas de análise interseccionais permite a identificação das relações de dominação que estruturam o contexto sócio histórico como um sistema que interconecta as opressões de raça, classe e gênero, expandindo o foco de análise para além de uma mera descrição de similaridades e diferenças entre estes sistemas de opressão, focalizando, prioritariamente, as formas como eles se entrelaçam (COLLINS, 2000).

Faz-se necessário, no entanto, afirmar que, a despeito da importância da categoria ontológica gênero para o entendimento da realidade de certos grupos e contextos sociais, “nem tudo é uma questão de gênero” (SORJ, 1993). A vida das pessoas é marcada por outras dimensões e é preciso ter cuidado com a ênfase excessiva na dimensão de gênero e o grande “salto” que esta reflexão possibilita é a noção de que os pertencimentos dos sujeitos são “mutuamente reconfigurados” a depender da combinação de diferentes sistemas de opressão. Então, a experiência de ser negro, por exemplo, passa a ser resignificada “através” do gênero e a experiência de ser mulher passa vivida “através” da raça (BAIROS, 1995) ou ainda da classe, da orientação sexual ou idade/geração. Isso porque não podemos esquecer que numa sociedade ainda tão desigual e com um passado escravagista como a brasileira, o racismo persiste estabelecendo códigos de exclusão que, ao serem reconfigurados pela dimensão de gênero, vão definir diferentes possibilidades de escolarização, acesso ao mercado de trabalho, nupcialidade ou até mesmo expectativa de vida entre homens e mulheres, brancas/os e negras/os.

Coerente com uma perspectiva ontológica de crítica des/construcionista do conhecimento e de defesa da dimensão relacional dos objetos no campo das Ciências Sociais, acredito que, no caso dos estudos sobre a família, o primeiro desafio é romper com qualquer tentação de tratar este objeto (tão conhecido de todos nós) de forma naturalizada e ideologizada pelos padrões historicamente estabelecidos em torno do *que é uma família*. Como nos lembra Bourdieu (1997), o discurso familiarista que todos nós incorporamos, não apenas descreve uma realidade social, “mas também prescreve um modo de existência, a vida de família”, com algumas características reconhecidas como “normais” e “específicas” deste grupo – o que significa pensar, por exemplo, no “modelo prototípico” da família conjugal nuclear, heterossexual, com chefia masculina e prole reduzida.

Portanto, é o próprio Bourdieu (1989) quem sugere saídas para “as armadilhas da familiaridade” que envolvem o tema, quando propõe a ruptura com o objeto pré-construído, isto é, segundo ele, tomamos como nossa problemática, um “problema social exprimido por agentes fora do campo científico”. Portanto, a primeira tarefa na investigação social, inclusive naquelas *sobre e com* famílias, é o “trabalho de desconstrução/ reconstrução” do objeto que permita tomar a família como uma categoria política, o que nos permite apreender o fato de “que esta interessa ao poder que contribuiu para defini-la, enquadrá-la, normatizá-la e, finalmente, naturalizá-la” (BONNEWITZ, 2003, p.48).

A adoção desta perspectiva significa, logicamente, entender a importância dos estudos de gênero como ferramenta de análise e releitura crítica do contexto familiar, permitindo questionar todo um modelo tradicional de família (ARRIAGADA, 2002) que estaria assentado sobre as seguintes premissas: i) é visto como um modelo único e estático (sem mudanças: isto é, conjugal e nuclear); ii) portanto, harmônico, isto, é sem conflitos e hierarquias; iii) ocupando, desta forma, exclusivamente o âmbito privado; iv) o que leva, assim, à ideia de grupos independentes, isto é, autônomos e auto mantidos.

Bruschini, em um instigante trabalho intitulado “Fazendo as perguntas certas” (1996, p. 5), vai apontar a importância da reflexão teórica iniciada nos anos 70 e aprofundada nos anos 80 sobre as mulheres e as relações entre os sexos e, principalmente, com o amadurecimento dos marcos teóricos de gênero, pois estes, na sua opinião:

viabilizaram o levantamento de questões pertinentes, assim como a elaboração de hipóteses e a definição de conceitos, orientando a busca de estatísticas. A invisibilidade da atividade econômica realizada pelas mulheres, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a violência doméstica, o assédio sexual são apenas alguns dos temas levantados pelo feminismo e pelos estudos de gênero, provocando a procura de dados. (BRUSCHINI, 1996, p.7)

Considero bastante pertinente a avaliação desta autora, pois o tratamento de informações estatísticas, antes de se referir a números, “se constitui em um enunciado que reflete a representação que a sociedade tem sobre si mesma” (OLIVEIRA, 2005, p.5). Desse modo, os “filtros de gênero” podem ser claramente identificados a partir da forma como os dados são articulados e interpretados pelos analistas, daí a tendência histórica da reprodução de estatísticas “sem gênero”, baseadas numa neutralidade relativa e expressa pela ideia de um “homem médio ideal” e que dificilmente pode ser representativo dos sujeitos reais, homens e mulheres, de diferentes idades, classes sociais e grupos etnicorraciais.

Destarte, a crítica realizada pelos estudos de gênero vem provocando uma significativa alteração na sistemática de coleta, processamento e análise de dados, possibilitando, assim, uma releitura das explicações correntes em torno de um sem número de questões. Esses “achados” vão permitir que se perceba que por trás das idealizações em torno de um modelo de família, há um conjunto de “estruturas reais” que nos obriga a admitir, em primeiro lugar, que é preciso tratar de *famílias* (no plural), pois há uma diversidade quando se fala deste grupo social – e estas estão em constante mudança (e também os domicílios); em segundo lugar, admitir que, embora haja solidariedade, também há hierarquia – o que significa reconhecer o conflito e a violência intrafamiliar; e, por último, assimilar a existência de uma forte permeabilidade da família ao âmbito público, pois “borram-se”, cada vez mais, as fronteiras entre o público e o privado e a família, nesse contexto, vem se tornando objeto de intervenção das políticas públicas.

Algumas análises (GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1998; GOLDANI, 2000 e 2002; ARRIAGADA, 2002), ao defenderem o caráter transversal da perspectiva de gênero nas investigações sobre as diferentes afiliações institucionais de homens e mulheres, apontam a família como um dos mais relevantes contextos organizacionais responsáveis, simultaneamente, pela perpetuação e também pela transformação nas relações sociais entre os sexos. Por outro lado, porquanto denunciam desigualdades, estes estudos também avaliam para além das permanências, ao evidenciarem a ocorrência de um conjunto mudanças nesse contexto. Uma das primeiras constatações, entre outros fatores, é a percepção da coexistência de uma diversidade de modelos de famílias e estilos de vida, superando uma visão conservadora em torno de uma suposta “crise da família” ou mesmo de sua extinção (GOLDANI, 1994). Este novo olhar só é possível porque realiza uma leitura da articulação dinâmica de diferentes fatores que vão dar base a um conjunto transformações demográficas – como fecundidade, nupcialidade, envelhecimento populacional, processos de individualização dos sujeitos sociais, etc. –, permitindo que se possam entender melhor as novas formas de convivência entre as pessoas, como o crescimento das uniões consensuais e dos domicílios unipessoais, as novas famílias

reconstituídas ou com prole reduzida, as uniões entre pessoas do mesmo sexo e, em especial, o significativo crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres.

III - As “lentes” de gênero e a chefia feminina: um novo olhar sobre a feminização da pobreza?

O fenômeno da chefia de domicílios por mulheres não se trata de uma “nova realidade” como insistem em afirmar as manchetes de jornais e programas de televisão, mas, certamente, sua existência tem sido ocultada por um retrato uniforme das formas de organização familiar no Brasil, favorecido, por muito tempo, pela universalização do protótipo da família conjugal nuclear (CORRÊA, 1982). O que pode ser considerado como “novo” nesse contexto? Por certo que é a sua expansão entre as chamadas camadas médias brasileiras, o que, do ponto de vista ideológico, vem se chocando com o modelo dominante neste universo, imposto pelas ideologias de gênero – que preveem uma distribuição de papéis e responsabilidades segundo hierarquias baseadas em fatores como sexo e idade dos membros, atribuindo ao homem, e aos de mais idade, maiores poderes e prerrogativas no interior do grupo doméstico. Mas, a “grande novidade” da expansão de seu interesse no campo das pesquisas, dirão Woortmann e Woortmann (2002), baseia-se no fato de que

tendo o fenômeno penetrado na própria camada social dos pesquisadores (ou melhor dizendo, das pesquisadoras), foi ele como que redescoberto e revalorizado, na medida em que deixou de ser algo característico de um “outro”, para se tornar presente entre “nós”. (WOORTMANN & WOORTMANN, 2002, p.2)

Assim, as últimas décadas testemunharam uma significativa expansão do fenômeno em todos os estratos sociais e, conseqüentemente, o crescimento de sua visibilidade social. Revisitando a literatura sobre a temática no Brasil – o que foi confirmado por um amplo levantamento realizado em torno dos estudos sobre o tema (SCOTT, 2002) – e na América Latina (GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999; ARRIAGADA, 2002), tenho me dado conta da amplitude das questões que envolvem os estudos sobre os chamados “novos arranjos familiares” e, particularmente, aqueles em torno da situação de chefia domiciliar feminina, apresentando reflexões que vão desde questões mais elementares como a discussão mais sociológica quanto à adequação da terminologia utilizada – responsabilidade, chefia, gerência ou provisão? – e dos significados atribuídos a estes termos – manutenção econômica, autoridade e prerrogativas, atribuições e deveres? –, passando pelas reflexões mais antropológicas sobre monoparentalidade

e matrifocalidade, até às análises mais complexas em torno de questões estruturais como processos de precarização laboral, desemprego e pauperização e sua relação com o aumento destes domicílios chefiados por mulheres.

Nessa perspectiva, portanto, parece ser bastante plausível afirmar que o que vai assegurar relevância e visibilidade social aos estudos sobre as famílias chefiadas por mulheres, ou ainda ao “vetor” *mulheres chefes de família*, não parece ser apenas o relativo crescimento estatístico deste tipo de arranjo (SCOTT, 2002, p.2), mas a complexidade de uma pluralidade de fatores que se articulam para a constituição desta problemática. O que significa dizer que é preciso entender como a precarização das condições de vida da população e a ampliação da participação feminina na população economicamente ativa, articulada a outros fatores demográficos – como a ocorrência de novos fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento do número de divórcios, a ampliação da expectativa de vida (associada à manutenção das taxas de sobrevivência masculina) e o crescimento relativo das uniões consensuais e das chamadas “produções independentes” –, vêm resultando em novos arranjos familiares, em especial aqueles do tipo monoparental feminino.

Portanto, as famílias chefiadas por mulheres precisam ser vistas como o resultado, como lembra Berquó (2001, p. 2), de um conjunto de “transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo” e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, fazendo que esta “chefia” possa ter múltiplos significados, tais como: a situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos, ou daquela que pode ser casada e estar coabitando com companheiro e filhos; ou encontrar-se nessas mesmas condições e ainda estar vivendo com parentes e outros agregados.

A despeito dessa complexidade, a grande maioria dos/as estudiosos/as do tema vai enfatizar a questão da vulnerabilidade socioeconômica como elemento chave para entender a situação vivenciada pelas mulheres chefes de família, denunciando suas “estreitas margens de viabilidade” (BUVINIC et al., 1983; BARROS et al., 1994; NOVELLINO, 2004). Esse tipo de generalização termina por reforçar “estereótipos de vulnerabilidade e pobreza” e vão demandar uma análise que reconheça a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados do tipo “mais pobre entre os pobres” (LAVINAS, 1996; GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999).

Nessa perspectiva, portanto, em que pese a importância da ênfase na questão das desigualdades sociais como vetor da expansão do fenômeno da chefia de domicílio por mulheres, começam a ganhar espaço “outras vozes” que enfatizam a necessidade de entendimento de que este fenômeno, por estar sujeito igualmente a outros condicionantes, “deve ser visto como uma

configuração histórica e social” (CARVALHO, 1998, p.7). Nos estudos sobre domicílios com chefia feminina, não se pode negar que adoção do viés de gênero vai ser um dos fatores determinantes na discussão e na reorientação destas análises acerca da problemática. Em primeiro lugar, por permitir uma releitura da matriz cultural dominante, “atravessada” fortemente pelas hierarquias de gênero, que marcam a tônica dos discursos em torno destes sujeitos. Isso ocorre porque a mulher, nesta condição, é vista quase sempre como um contraponto ao modelo da chefia domiciliar masculina – ainda assentado no referencial dominante da unidade nuclear, composta pelo casal heterossexual, unido legalmente e com filhos. Assim, a crítica que se pode fazer é que as unidades domiciliares com chefia feminina, longe de representarem uma exceção, tratam-se de “formas não nucleares [que] devem ser vistas e entendidas como parte de uma complexa reconfiguração que as famílias (no plural) experimentam (...) no mundo inteiro” (GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999, p. 127).

Em segundo lugar, as análises de gênero, permitem entender, o que faz com que nove entre cada dez famílias do tipo monoparental seja chefiada por uma mulher. A referida crítica à matriz cultural dominante, possibilitada pelas “lentes de gênero”, evidencia que ainda são preservados modelos mais ou menos rígidos em torno das expectativas acerca da maternidade/maternagem e paternidade/paternagem, onde a “ética do cuidado” (SCAVONE, 1995) é supervalorizada, o que faz com que o filho ainda seja, prioritariamente, objeto de cuidados da mãe. Assim, as ideologias de gênero são a base para entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – “mulher”, depois, “chefe de família” – inclusive, é o principal fator que lhes define um “lugar” no mundo: tornam-se chefes de família porque são *mães*, num contexto social que prevê um modelo de maternidade/maternagem, socialmente construído, baseado na hipertrofia de suas responsabilidades parentais (op.cit).

Do mesmo modo, retomando as conexões entre famílias e desigualdades sociais, as análises de gênero, a partir dos anos 80, vão fornecer ferramentas para a realização de uma série de estudos que, ao proceder a uma avaliação de um conjunto de indicadores estatísticos sobre o crescimento da pobreza no mundo, terminaram por identificar um amplo contingente de mulheres entre a população mais pauperizada nos países pobres. O clássico trabalho organizado por Buvinic et al. (1983), intitulado *Women and poverty in the Third World*, tornou-se uma referência obrigatória nos trabalhos sobre a situação das mulheres e seu difícil acesso aos recursos existentes nos países do chamado Terceiro Mundo. A divulgação de pesquisas desta natureza, vai inspirar um conjunto de políticas que irá dar forma ao que mais tarde passou a ser chamado de *Programas de Gênero e Desenvolvimento*, implementados por agências

internacionais, que atribuem a um processo de *feminização da pobreza* a identificação das mulheres como “a grande massa da pobreza mundial”.

Com relação a este processo, Chant (2004) vai comentar que se criou, a partir daí, um “tema ortodoxo”, pois, desde então, formou-se um grande consenso entre os pesquisadores da área que serviu para fornecer “combustível para uma ampla agenda de programas” e políticas públicas que terminou por levar a uma segunda constatação: de que, entre as populações pauperizadas, as mulheres chefes de família formariam a maior parte do seu contingente mais vulnerável, isto é, estas se tornaram “as mais pobres entre os pobres”.

Portanto, não custa lembrar, mais uma vez, o quanto tem sido importante o amplo reconhecimento da transversalidade de gênero como uma categoria de grande valor heurístico para a análise de uma série de desigualdades que atravessam a vida de homens e mulheres, enquanto, relações de poder, o que vai evidenciar as desvantagens vivenciadas pelas mulheres em todo mundo, especialmente quando intersectadas por fatores como classe, raça/etnia e idade/geração. Mas, por outro lado, faz-se ainda necessário ressaltar que os “usos de gênero” – especialmente quando utilizado simplificarmente como sinônimo de “mulher” –, como qualquer ferramenta de análise, ao apresentarem um sem número de possibilidades, também trazem no seu bojo alguns riscos de se naturalizarem as desigualdades em torno de algumas populações, como se esta condição lhes fossem intrínsecas em decorrência de um conjunto de características particulares desfavoráveis, o que vai significar, em última instância, responsabilizá-las pelo “seu” *gap*.

Em que pese todo um conjunto de esforços envidados para se entender a situação dos domicílios chefiados por mulher, permitindo a consolidação de uma nova legitimidade em torno do fenômeno, tal perspectiva termina por reforçar uma ênfase excessiva nos aspectos sócio-econômicos e tornando incontestável o dado sobre a “maior pobreza das mulheres chefes de família”. Acredito que, a despeito das possibilidades abertas pela discussão realizada em torno da *feminização da pobreza*, no tocante à ampliação da visibilidade social destes domicílios e à abertura de espaço para estes sujeitos tornarem-se “pauta” dentro da agenda dos programas de desenvolvimento e políticas públicas, não se pode deixar de considerar “o outro lado da moeda” apresentado por este enfoque: a associação negativa entre chefia feminina e pobreza como se o crescimento desses domicílios fosse “símbolo de quebra dos valores familiares e da desorganização familiar”, portanto de uma situação de retrocesso no “ciclo ideal” de desenvolvimento da família. A este respeito diz Safa:

A visão negativa das unidades domésticas chefiadas por mulheres é em parte conceitual, devido a nossa ênfase eurocêntrica na família nuclear como a norma e a encarnação da

modernidade e do progresso (...). Esta visão patológica das unidades domésticas chefiadas por mulheres contribui para a crença de que estas geram pobreza; em lugar de vê-las como um resultado dela, e um resultado, por acréscimo, em que as políticas neoliberais têm desempenhado um papel destacado. (SAFA, 1999, p.9, minha tradução)

Observe-se, porém, que qualquer esforço de problematização da questão da chamada *feminização da pobreza*, vai requerer da/o analista uma abordagem extremamente cuidadosa e equilibrada. Em primeiro lugar porque esta noção está assentada em dados objetivos, pois como lembra Moghadam (1997), as mulheres efetivamente estão em situação de desvantagem em relação aos homens, tanto no que se refere ao usufruto de direitos, quanto em relação à carga de trabalho e nível de remuneração e ainda com relação à possibilidade de mobilidade socioeconômica, já que enfrentam barreiras culturais, legais, obstáculos no mercado de trabalho, entre outras limitações. Portanto, a desigualdade de gênero não é fictícia, o que faz com as mulheres chefes de família enfrentem dificuldades suplementares, ao terem que administrar sua dupla participação nas esferas da produção e da reprodução em condições desfavoráveis em relação aos homens que também são chefes de domicílio – e que na sua grande maioria contam com a participação, cada vez maior, das esposas, tanto na tradicional esfera dos cuidados domésticos como no mundo da produção.

Em segundo lugar, um dos raciocínios mais óbvios para explicar a vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina é, na maioria deles, a ausência da figura do esposo-pai que, como lembra Agier (1990, p. 49), “é uma força de trabalho que não é exatamente substituível pela força de trabalho feminina”. Assim, a premissa de que a perda da figura do principal provedor, reconhecido hipoteticamente como portador mais provável de características socialmente mais valorizadas na relação com o mercado de trabalho, leva, conseqüentemente, à lógica conclusão da impossibilidade das mulheres de cumprirem satisfatoriamente as obrigações do chefe da família, já que se trata da transferência deste papel para alguém destituído dos atributos desejáveis ao enfrentamento da dupla condição de provedor e responsável pelo domicílio.

Portanto, nesta linha de raciocínio, a chefia feminina vai significar, quase sempre, para os grupos domésticos uma agudização das suas condições de subsistência, pois pressupõe uma impossibilidade das mulheres de oferecer condições adequadas à manutenção dos seus domicílios – e, nesse contexto, esta situação de privação vai ser transferida para as crianças e outros membros, já que estas não apresentam condições de poder garantir os mesmos níveis de subsistência da chefia masculina. Nessa perspectiva, portanto, “famílias monoparentais femininas e pobreza acabam, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são

menos ‘capazes’ para cuidar de suas famílias ou para administrá-las do que um homem...” (VITALE, 2002, p.51). Observe-se, porém, que a crítica realizada por Castro (2001, p. 92) é bastante elucidativa acerca dos reais motivos das “desvantagens sociais” enfrentadas pelas mulheres, nesse contexto:

As mulheres de famílias monoparentais (...) foram esposas, ou seja, empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.

Em que pese uma série de argumentos contrários, não há como negar que a ênfase excessiva na vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina, contida na perspectiva de análise da *feminização da pobreza*, termina por reforçar estereótipos e por provocar um alto nível de estigmatização das unidades domiciliares e dos sujeitos que se encontram nesta situação. O próprio movimento feminista realiza uma crítica a esta perspectiva e propõe a adoção da expressão ‘pauperização das mulheres’, questionando-se: por que “associar ‘feminização’, palavra culturalmente desvalorizada, à palavra ‘pobreza’, também socialmente depreciativa? Por que não falar [...] em ‘pauperização das mulheres?’” (BRUSCHINI et al. *apud* FARAH, 2004, p.55).

Gonzalez de la Rocha (1999, p.33) vai possibilitar uma leitura mais crítica desta alegada “inviabilidade” ao defender a necessidade de “entender a complexidade destes domicílios e a diversidade de respostas ante às dificuldades econômicas”, principalmente porque o processo de diversificação das estruturas familiares vai provocar a construção de novos “cenários sociais onde se podem observar mudanças nas relações sociais, nos padrões de socialização e nos padrões de geração e uso dos recursos” (op. cit, p.34) e também na distribuição de responsabilidades. Tal perspectiva se coaduna com constatações de alguns estudos junto a famílias das classes trabalhadoras no Brasil, pois há diferenças nas prioridades de alocação de recursos entre os chefes de diferentes sexos, sendo que a chefia feminina é muito mais democrática em relação às necessidades do conjunto de seu grupo doméstico (CARVALHO, 1998; MACÊDO, 1999 e 2008) – o que permite inferir que o montante de recursos percebido pelo chefe pode não ser o fator determinante do nível de vida do grupo, mas muito mais a forma de alocação destes recursos.

Note-se, entretanto, que é sempre arriscada a explicitação de certas formulações, à primeira vista quase que essencialistas, por parecerem cair na análise simplista de defesa do “altruísmo das mulheres” em oposição ao “egoísmo masculino”, mas, o que se constatou – em

estudos como os realizados por Carvalho (1998), Arriagada (2002) e Oliveira e Garcia (2004) – é que, em muitas situações, os rendimentos dos homens são direcionados para dispêndio pessoal, reduzindo-se inclusive “os níveis de regularidade dos recursos e trazendo vulnerabilidade e ‘pobreza secundária’ para mulheres e crianças” (CHANT, 2004, p.21). Assim, estes estudos, ao discutirem as diferenças na distribuição de recursos nos domicílios com chefia masculina e feminina, vão apontar que as mulheres chefes investem a grande maioria do seu ganho (quando não todo) na manutenção do domicílio, o que, ao contrário do que se pensa, traz efeitos altamente positivos para fatores como a melhoria dos níveis nutricionais, dos cuidados de saúde e de educação dos membros da família – mesmo que esses ganhos sejam mais reduzidos que aqueles da chefia masculina. Assim, é fundamental que, as análises em torno da relação entre chefia feminina e pobreza, levem em consideração outros indicadores de bem estar para dimensionar os níveis de qualidade de vida destes domicílios chefiados por mulheres (OLIVEIRA & GARCIA, 2004).

IV - Alguns Achados da pesquisa e uma breve conclusão

Assim, o reconhecimento da importância de uma crítica possibilitada pela perspectiva dos estudos feministas e de gênero na compreensão de instituições sociais como a família – e, nela o fenômeno da chefia feminina –, elucida sua estruturação dentro de uma “matriz de dominação”, pois permitem entender, para além da coexistência de uma pluralidade de opressões, as maneiras *como* estas opressões interseccionais são efetivamente organizadas e reaparecem nos domínios do poder sob diferentes formas e de como os sujeitos constroem estratégias de resistência e empoderamento. O que desejo sinteticamente enfatizar neste trabalho é que a expansão do fenômeno da chefia de núcleos doméstico-familiares por mulheres é o resultado da complexa articulação de uma pluralidade de fatores de natureza econômica, social, cultural e comportamental, portanto, implica pensar na articulação entre as dimensões objetivas e subjetivas da existência dos sujeitos particulares e dos grupos e classes sociais.

Nessa direção, uma das principais questões que se tentou evidenciar é que é de extrema relevância a dissociação da ocorrência e expansão desse fenômeno das análises que insistem em relacioná-lo, prioritariamente, aos processos de *feminização da pobreza* e que terminam por reforçar uma leitura simplista da realidade, invertendo a lógica explicativa da verdadeira natureza geradora desse fenômeno. Nesse sentido, a reflexão em torno das hierarquias de gênero vai ser uma importante chave de desmistificação desse fenômeno e vai permitir compreender que

(i) se muitas mulheres chefes de família estão entre os mais pobres é porque estas, pelas hierarquias de gênero, são tornadas mais pobres pelo baixo acesso à renda e à propriedade; (ii) associar pobreza à chefia feminina termina por estigmatizar a mulher, numa visão essencialista que lhe atribui uma incapacidade de cuidar das suas famílias na ausência de um homem, como se fosse um estado perene e não uma questão circunstancialmente produzida; (iii) por outro lado, generalizar a ideia de bem-estar à família com chefia masculina é ignorar que há uma vulnerabilidade camuflada pelo modelo ideológico da chamada “família completa” e, assim, (iv) ainda significa perpetuar uma visão que termina por ignorar a diversidade que existe naquelas famílias com chefia feminina, pois fica a cada dia mais evidente que “nem todas são pobres”.

Com essa discussão quero reiterar um dos aspectos centrais defendidos nesse trabalho: ainda que o aumento do contingente de mulheres como chefes de domicílio envolva a articulação de desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, idade/geração e até de contexto geográfico – o que pode ser fortemente evidenciado na concentração de precários níveis de subsistência entre mulheres chefes de família de áreas geográficas de baixo desenvolvimento econômico, pretas e pardas e, em especial, aquelas mais jovens que possuem filhos ainda em idade pré-escolar –, o crescimento desse fenômeno, especialmente entre as classes médias, é, principalmente, um indicativo de que há uma melhoria significativa nas *condições de sobrevivência e existência* dessas mulheres e não o contrário, como a lógica da *feminização da pobreza* insiste em apregoar. Trocando em miúdos: tanto do ponto de vista objetivo – da *sobrevivência* em termos de significativa melhoria nos níveis de escolarização, de sua posição relativa no mercado de trabalho e de equivalentes níveis de remuneração – quanto do ponto de vista subjetivo – da *existência* no que se refere aos crescentes graus de autonomia e protagonismo sociais e em face ao grande investimento dessas mulheres em termos dos processos de individualização contemporâneos –, as mulheres têm exercitado a possibilidade de fazer escolhas que muitas vezes têm passado pela decisão de ruptura de relações conjugais insatisfatórias, pela opção de levar adiante ou mesmo iniciar uma gestação sem parceiro, pela firme decisão de permanecer sozinha com filhos e não repetir histórias de insucesso conjugal, entre outras possibilidades de tornarem-se chefes de seus domicílios. E mais: em todos esses casos, vêm obtendo um considerável êxito na tarefa de assegurar a manutenção econômica e a administração da autoridade junto a seu grupo doméstico, num trabalho de mediação e de representação deste perante a sociedade.

A investigação levada a termo com mulheres de classe média³ possibilitou entender quais os caminhos que as levaram à condição de chefes de seus domicílios, através da reconstrução de suas trajetórias familiares, educacionais, afetivo-sexuais e conjugais, trabalhando de forma articulada a perceber como cada um desses níveis da existência foi sendo articulado à esfera da sobrevivência através da relação com o mercado de trabalho para a construção de suas carreiras profissionais. Na outra ponta, buscou mergulhar nas experiências atuais das entrevistadas em torno do triplo pertencimento à condição de mãe, trabalhadora e chefe de família. A ideia, portanto, foi a de perceber como seus pertencimentos sociais de gênero, raça/etnia, classe social e idade/geração, sempre articulados ao contexto social, vão, na tessitura das interseccionalidades, definindo-lhes divergências e convergências em seus cursos de vida e que, muitas vezes, são habilmente reconfigurados por um conjunto de estratégias que podem decorrer das escolhas desses sujeitos, sempre definidas no encontro entre volição e oportunidade, representadas pelas dimensões objetivas e subjetivas do mundo social.

Destarte, espero não ter corrido esse risco em vão e que no esforço de apresentar o universo simbólico articulado à dimensão da vida objetiva desses sujeitos, tenha podido oferecer alguma luz para se compreender *melhor o que é ser mulher chefe de família de classe média hoje*, sem tomar o “lugar social” desses sujeitos numa perspectiva imobilizada do tipo “elas são assim” ou mesmo próxima de qualquer tentativa de definir-lhes uma visão de mundo específica ou particular. O desafio de compreender a emergência de uma nova identidade entre essas mulheres – que precisa se situar face à complexa problemática das relações hierarquizadas onde se encontram inseridas –, requer desvendar os processos de estruturação, determinados por uma base objetiva e subjetiva de sua experiência e que através das respostas produzidas por esses sujeitos, vai se materializar em um novo *habitus* de gênero⁴. Isso significa dizer que passa principalmente pela experimentação de muitas e novas maneiras de ser mulher, mãe, trabalhadora, chefe de família e sujeito de sua história. Por outro lado, é muito importante explicitar ainda que não se trata aqui de pensar um único *habitus* de gênero dentro de um esquema de simplificação das relações sociais aí existentes. Isso porque elas estão sendo desafiadas cotidianamente perante certas práticas, discursos e representações sociais que são estruturadas por outros eixos hierarquizantes das relações sociais, também igualmente relevantes, em termos de classe social, idade/geração, raça/etnia, orientação sexual.

³ Trata-se da minha tese de doutoramento (MACEDO,2008), agora retomada em projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ (2011-2013).

⁴ Adoto aqui a formulação de *habitus* proposta por Pierre Bourdieu (1994, p. 60) como um processo de construção de práticas e representações enquanto um duplo movimento de “interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”.

Portanto, arrisco a pensar que, nesse contexto de articulação dinâmica de dimensões fundantes da vida social, essas mulheres chefes de família estão sendo produzidas *por* e ao mesmo tempo produtoras *de* novas possibilidades de viver a dimensão de gênero segundo sua classe social, sua idade/geração e raça/etnia. No caso em reflexão neste estudo, retomo uma proposição apresentada anteriormente neste trabalho, de que, ao falar de mulher chefe de família de classe média estou me referindo à construção de um *habitus* de gênero conforme a classe, pois é possível visualizar diferenças significativas nas práticas e representações entre mulheres chefes de família de diferentes classes sociais. Mas o processo não pára por aí, pois esse *habitus* de gênero conforme a classe se apresentará de maneira distinta ainda conforme a idade/geração dentro de um grupo de mulheres chefes de família da mesma classe social, mas pertencentes a diferentes grupos geracionais – e aí por diante –, sempre tecidos nas tramas das relações interseccionais de seus outros pertencimentos sociais.

Por outro lado, me sinto na obrigação de explicitar que, quando falo em *habitus* de classe conforme o gênero, não pretendo defender aqui nenhuma espécie de *ethos* particular ou homogêneo compartilhado por esse grupo de classe média ou pelas mulheres de classes populares. Bourdieu (1994, p. 59-60) já alertava a esse respeito, para o perigo da “personificação de coletivos” que terminam por atribuir “aos grupos ou às instituições disposições que só podem constituir-se nas consciências individuais, ainda que sejam o produto de condições coletivas”. Daí que a opção por falar em *habitus* não é uma escolha meramente arbitrária, mas implica o reconhecimento de que é através de uma análise que compreenda o processo de “engendramento das práticas” desses sujeitos, que se torna possível dar conta desse duplo movimento do real, isto é, de “interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”.

Assim, finalizo, apontando que a proposição desse trabalho de considerar que as mulheres chefes de família, ainda que inseridas em um contexto social cuja orientação dominante não previa esse lugar para elas – não podemos esquecer que o inusitado da situação aqui é termos mulheres em uma posição que historicamente nas sociedades ocidentais é atribuída ao *pater familias*, portanto, um lugar que se constitui basicamente como um “não lugar”, visto ser fortemente marcado pelas hierarquias de gênero –, são forçadas a enfrentar “a lógica das coisas” estruturadas por um sistema de relações objetivas e, simultaneamente, nesse processo de engendramento das práticas, acionam estratégias de enfrentamento – por exemplo, através da elevação do seu investimento em escolarização visando acumular capital cultural e melhorar sua posição no mercado de trabalho, pela adoção de práticas objetivas de resistência a modelos tradicionais de relações entre os sexos – e terminam por demonstrar possibilidades de exercício de alguma autonomia e capacidade de resistência face aos constrangimentos impostos pelo

mundo das relações objetivas. E, nessa direção, vão descobrindo novas maneiras de se tornarem cada vez mais protagonistas de suas histórias, criando novas e surpreendentes formas de serem mulheres, num vir a ser que não pôde, nem poderia ser completamente compreendido e nem expressado pelo discurso – igualmente intelectualizado e psicanalizado – desta investigadora que, na sua perplexidade, se descobre também construindo um *habitus* não muito diferente daquele que desejou ardentemente conhecer.

Referências:

AGIER, Michel. O sexo da Pobreza: homens, mulheres e família numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social**, Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60, 2.sem. 1990.

ARRIAGADA, Irma. As Famílias e as Políticas Públicas na América Latina. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 29p.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, p.458-463, 1995.

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: II SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, P.79-85.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA. Itu, SP: III Programa de Gênero na Sociedade Brasileira, Fundação Carlos Chagas, 2001, 23p. (mimeo)

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Ed. Papirus, 1997.

BRITTO DA MOTTA, Alda. "**Não tá morto quem peleia**": a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? II CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO. Águas de Lindóia, dez. 1996, 15p.

BUVINIC, Mayra; LYCETTE, Margaret; MCGREEVEY, William P. **Women and poverty in the Third World**. Baltimore/London: The John Hopkins University Presss, 1983.

CARVALHO, Maria Luiza S. A mulher trabalhadora na dinâmica da chefia familiar. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, n.1, p.7-33,1998.

CASTRO, Mary G. Feminização da pobreza: um cenário neoliberal. In: GALEAZZI, I. (Org). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, p. 89-96, 2001.

CHANT, Sylvia. Dangerous equations? How female-headed households became the poorest of poor: causes, consequences and cautions. **IDS Bulletin** – Institute of Development Studies, v. 35, n.4, p. 19-25. oct. 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.

CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.13-38.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v. 12, n.1, p. 47-71, 2004.

GOLDANI, Ana Maria. Retratos da família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., p. 303-335, 1994.

_____. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu, MG 2000, 20p. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais_/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf Acesso em 15 set. 2006.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1, p 29-48, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf Acesso:15 set. 2006.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. [Gênero e Pobreza Urbana: observações para uma discussão.](#) SEMINÁRIO SOBRE POBREZA URBANA. Rio de Janeiro: ALOP and The World Bank, May 14-16, 1998, 11p. Disponível em: <http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/31e7e4f5a6cc34b285256804004b90fe?OpenDocument> Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. A manera de introducción: cambio social, transformación de la familia y divergências del modelo tradicional. In: _____. (coord). **Divergências del modelo tradicional: hogares de jefatura femenina em América Latina**. México: CIESAS, 1999, p.19-36.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-42, 1995.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACÊDO, Márcia S. **Tecendo os fios e segurando as pontas**: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, 185p.

_____. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008, 247p.

MOGHADAM, Valentine. **The feminization of poverty**: notes on concept and trend. Normal: Illinois State University, 1997. (Womens' Studies Occasional Paper, n. 2)

NOVELLINO, Maria Salet. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, MG, 2004, 12p. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf Acesso em 15 set. 2006.

OLIVEIRA, Orlandina; GARCÍA, Brígida. Mujeres jefas de hogar y su dinámica familiar. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO – ALAP. Caxambu-MG, Brasil, set. 2004, 18p.

OLIVEIRA, Zuleica L. C. Política de informação na área de gênero. In: V ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Salvador: Instituto de Ciência da Informação/ Programa de Pós-Graduação/UFBA, jun.2004, 14p. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/zuleica_cavalcante.html Acesso em 23 dez.2005.

SAFA, Helen. Prólogo. In: GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes (coord). **Divergencias del modelo tradicional**: hogares de jefatura feminina en América Latina. México: CIESAS, 1999, p.9-17.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: XIX REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS. (GT Família e Sociedade) Caxambu, MG, 1995, p. 47- 60.

SCOTT, Russell Parry. Mulheres chefes de família: estudos apresentados em associações acadêmicas nacionais. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 30p.

SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: XVII REUNIÃO DA ANPOCS, Caxambu, MG, 1993, (mimeo.)

VITALE, Maria Amália F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 71. Ed. especial, p.45-62, set. 2002.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: PRÉ – EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto: ABEP, 2002, 99p.